

## AGRICULTURA

# Governo “chumba” maioria das reivindicações dos agricultores

Isenções fiscais, desconto no gasóleo, majorações e fim da taxa hídrica “riscadas”

Filipe Paiva Cardoso  
filipecardoso@mediafin.pt

A relação entre o Governo e a Confederação de Agricultores de Portugal (CAP) sofreu altos e baixos nos últimos dias, porém, tudo parece sanado. José Sócrates interveio e ofereceu-se como intermediador entre Jaime Silva, ministro da tutela, e a confederação para a negociação das suas reivindicações. A dias do arranque destas negociações, e já com agricultores na rua, o ministro da Agricultura levantou um pouco do véu sobre a visão do Governo em relação às reivindicações da CAP, em declarações ao Jornal de Negócios à margem da comissão parlamentar de economia de ontem.

Segundo Jaime Silva, as reivindicações de descontos no gasóleo, isenções de descontos para a Segurança Social, recuperação da electricidade verde e suspensão da Lei da Água, assim como outras medidas fiscais, serão negadas. “As questões de combustíveis e fiscais são horizontais, não apenas desta tutela. Todos os líderes europeus já decidiram que não se deve adoptar medidas de fiscalidade e reduções artificiais de combustíveis e não podemos sair deste quadro” apontou.

Ainda sobre o “desconto” no gasóleo agrícola, Jaime Silva recordou que este combustível “já tem cerca de 30% de redução face ao gasóleo comercial”, o que se traduz numa perda de 118 milhões de euros para o Estado, dos quais 96 milhões dizem respeito a agricultores. “Já há um esforço de todos os portugueses para ajudar a agricultura” comenta.

Sobre a majoração fiscal – a CAP pede mais deduções dos gastos com gasóleo e rações no IRC – Jaime Silva é peremptório: “As pescas não tiveram nada disso” mesmo estando em situação mais grave e sendo um

## O DESTINO DOS PEDIDOS DA CAP

### Propostas que terão “luz verde”...

- O Executivo está já a trabalhar na revisão da Lei do Arrendamento rural, uma das reivindicações da CAP.

- Outro “ok” prende-se com a revisão da Lei das Explorações Pecuárias. Está “praticamente ultimada”.

- Governo, como a CAP, quer um seguro agrícola que preveja situações de quebra de rendimento.

- A CAP pede a implementação correcta do Proder. O Governo aceita uma revisão ao programa.

### ... e com chumbo garantido

- Mais descontos no gasóleo agrícola estão fora de questão. “Medida artificial” diz Jaime Silva.

- Electricidade verde não será recuperada.

- A revogação da taxa hídrica é outra medida que o Governo não aceita, diz o ministro.

- As majorações fiscais, assim como a isenção dos descontos para Segurança Social, ficarão de fora.

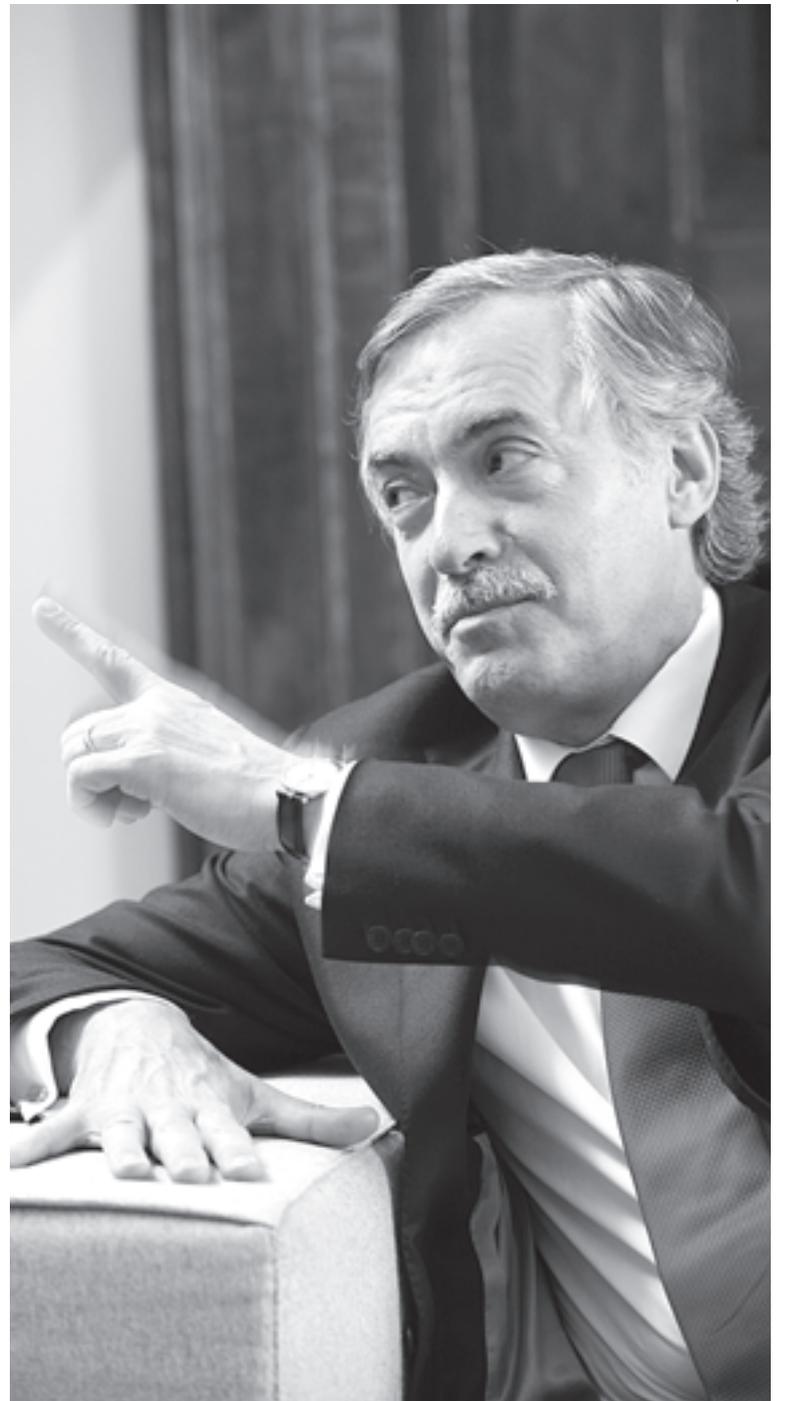
sector “onde o combustível pesa mais” e onde “não é possível aumentar a produção, graças às quotas”.

O ministro admite, porém, “que possa haver um ou outro sector” com direito à majoração, apontando nomeadamente a pecuária e o sector cooperativo, este último onde “se justifica claramente tratamento diferenciado (...) para levar a uma maior concentração da oferta”. Para os demais, recorda Jaime Silva, “temos outros mecanismos” apontando “as ajudas de 600 milhões/ano que mais nenhuma actividade tem”. “Riscada” está também a hipótese de recuperar a electricidade verde.

Quanto à suspensão da Lei da Água pedida pela CAP, o “chumbo” é o caminho certo. “É uma forma de não termos desperdícios” diz Jaime Silva sobre a taxa de 0,0036 euros por metro cúbico. O ministro fala em “mais de 40% de desperdício de água” na agricultura que é preciso combater. Aliás, “cálculos feitos em conjunto com o Ambiente mostram que [a taxa] não vai por em causa a competitividade das explorações”.

### Nem tudo são... espinhos

Mas há pontos em que Governo e CAP estão em sintonia. A revisão da Lei do Arrendamento Rural, assim como do próprio Proder (programa de desenvolvimento rural) e a inclusão das quebras de rendimentos nos seguros agrícolas são pontos em acordo. “Na nova Lei do arrendamento já estamos a trabalhar, assim como no licenciamento para explorações pecuárias, que está praticamente ultimada” disse Jaime Silva ao JdN. Quanto ao Proder, “temos que ter flexibilidade para ajudar agricultores a enfrentar os novos desafios de mercado e temos que ser capazes de o rever anualmente. A CAP pede essa revisão e nós vamos fazê-la” disse ainda.



Jaime Silva | Ministro da Agricultura vai rever Lei do Arrendamento Rural.

## SUBSTITUIÇÃO

# Leonor Beza é a nova conselheira de Cavaco Silva

A ex-ministra da Saúde, Leonor Beza, vai substituir Manuela Ferreira Leite no Conselho de Estado. A nomeação do presidente da República, Cavaco Silva, surge na sequência da renúncia ao cargo por parte da nova presidente do PSD, que aconteceu a 4 de Junho, cinco dias após vencer as eleições directas que a colocaram na liderança do maior partido da oposição.

A nova conselheira de Estado foi ministra da Saúde do primeiro governo de Cavaco Silva, entre 1985 e 1990, e é também muito próxima de Manuela Ferreira Leite, que agora substitui neste órgão político de consulta do chefe de Estado. A actual presidente da Fundação Cham-



palimaud é militante do PSD e foi uma presença muito notada no primeiro dia do Congresso social-democrata do passado fim-de-semana em Guimarães, onde apoiou a também ex-ministra da Educação de



**Exercerei as minhas funções com sentido de serviço e procurarei contribuir com lealdade e máximo empenho.**

**Leonor Beza**  
Nova conselheira de Estado

Cavaco Silva.

Em declarações ontem à Agência Lusa, Leonor Beza referiu ter aceite o convite de Cavaco Silva “com muita honra”. “Exercerei as minhas funções com sentido de serviço e

procurarei contribuir com lealdade e com o máximo empenho sempre que as circunstâncias o exigirem”, acrescentou.

Para além de ministra da Saúde, Leonor Beza foi também secretária de Estado da Presidência (1982-1983), secretária de Estado da Segurança Social (1983-1985) e vice-presidente da Assembleia da República de 1991 a 1994 e entre 2002 e 2005.

### Novamente pela mão de Cavaco

Leonor Beza entra no Conselho de Estado no grupo dos cidadãos escolhidos por Cavaco Silva, juntando-se a João Lobo Antunes, Marcelo Rebelo de Sousa, Joaquim Dias Loureiro e Anacoreta Correia. Neste ór-

gão têm também assento cinco membros eleitos pela Assembleia da República, o primeiro-ministro, o presidente da Assembleia da República, o presidente do Tribunal Constitucional, o provedor de Justiça e os presidentes dos Governos Regionais da Madeira e Açores.

Entre as competências do Conselho Estado estão a de se pronunciar sobre a demissão do Governo, sobre a declaração de guerra e o estabelecimento da paz e sobre a acção de um Presidente da República interino. Para além disso, quando solicitados, os membros do Conselho de Estado prestam aconselhamento ao Presidente no exercício das suas funções. **AL**